



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

LA  
P

## **Programa de Unidade Curricular**

**- Ano Lectivo 2007/2008 -**

### **Faculdade**

Direito

### **Licenciatura**

Solicitadoria

### **Unidade Curricular**

Direitos Fundamentais

**Ano: 2.º**

**Tipo: 1.º Semestre**

**Nº ECTS: 6**

### **Regentes**

Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia (Turma A)

Mestre José Lucas Cardoso (PL)

### **Assistentes**

Mestre Filomena Delgado

Lic. Sílvia Galvão Teles

Lic. Teresa Coelho

### **Carga Horária Lectiva Semanal**

Aulas Teóricas: 2

Aulas Teórico-práticas: 1

Orientação Tutorial: 1

### **Língua de Ensino**

Português

### **Objectivos Gerais**

A disciplina de Direitos Fundamentais está inserida no curriculum da licenciatura em Direito no 2.º ano e constitui a terceira disciplina na área do Direito Constitucional, depois da Teoria Geral do Poder Público e do Direito Constitucional que deverão assumir uma relação de complementaridade. Enquanto as anteriores abordavam este ramo do Direito sob a perspectiva do poder político, na presente disciplina propomo-nos sensibilizar os alunos para um entendimento antropocêntrico da Constituição.



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### Objectivos Específicos

A disciplina de Direitos Fundamentais privilegia assim o estudo do conteúdo da relação entre a pessoa humana e o Estado de Direito. A análise dos direitos fundamentais compreende uma parte geral (conceitos, evolução histórica, categorias, figuras afins, regimes jurídicos substantivo e processual) e uma parte especial (análise dos regimes específicos de alguns direitos fundamentais consagrados pela Constituição da República Portuguesa, seleccionados em função da sua actualidade e relevância).

### Competências a adquirir

Com o estudo dos Direitos Fundamentais pretende-se sensibilizar os alunos para a necessidade de abordar o Direito Constitucional também sob a perspectiva do cidadão e, em especial, para o conhecimento dos direitos de que uma pessoa é titular no âmbito de uma comunidade política que se estrutura como Estado de Direito democrático e que se define como baseado na dignidade da pessoa humana.

### Metodologia de Ensino

O ensino de Direitos Fundamentais compreende as prelecções do docente (aulas teóricas), a análise de textos normativos e outros documentos e a resolução de casos práticos com intuito de estimular o manuseamento da Constituição (aulas práticas).

### Programa da Unidade Curricular / Conteúdo programático

#### § 1º A importância constitucional dos direitos fundamentais

1. A protecção constitucional da pessoa pelos direitos fundamentais
2. Conceito, modalidades e figuras afins dos direitos fundamentais
3. A evolução dos direitos fundamentais
4. Direitos fundamentais e Estado Constitucional
5. O fundamento e as concepções dos direitos fundamentais: Estado de Direito e dignidade da pessoa humana
6. Os direitos fundamentais e o futuro

#### § 2º O sistema português de direitos fundamentais

7. A concepção pluralista dos direitos fundamentais
8. A posição constitucional, tipológica e aberta dos direitos fundamentais
9. Os direitos fundamentais atípicos em especial
10. Os direitos, liberdades e garantias e os direitos económicos, sociais e culturais
11. Os direitos fundamentais análogos

#### § 3º O regime geral dos direitos fundamentais

12. A atribuição subjectiva: universalidade e igualdade
13. O exercício jurídico: regulação e limites
14. A tutela efectiva: jurisdicional e não jurisdicional
15. O Provedor de Justiça e os direitos fundamentais em especial

#### § 4º O regime especial dos direitos, liberdades e garantias

16. O sentido do regime especial
17. A aplicabilidade infraconstitucional imediata e directa
18. A vinculação das entidades públicas e privadas
19. A restrição infraconstitucional e os seus princípios
20. A suspensão em estado de excepção
21. A tutela reforçada



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

W  
h

§ 5º O regime especial dos direitos económicos, sociais e culturais

22. O sentido do regime especial
23. A aplicabilidade mediata e indirecta
24. A vinculação primacial das entidades públicas
25. A dependência da realidade constitucional
26. A questão do princípio do não retrocesso social

§ 6º Alguns direitos fundamentais em especial

27. O quadro geral dos direitos fundamentais em especial
28. O direito à vida e a questão da despenalização do aborto
29. A liberdade de religião e a expansão do fenómeno religioso em geral
30. O direito à protecção da saúde e o acesso limitado aos cuidados públicos de saúde
31. O direito à habitação e o novo regime do arrendamento urbano
32. Outros direitos fundamentais em especial a definir entre o regente e os alunos, em função do tempo lectivo disponível.

### **Bibliografia Principal**

#### **Autor(es)**

GOUVEIA, Jorge Bacelar,

#### **Título**

Manual de Direito Constitucional, vol. II

#### **Edição**

2.<sup>a</sup>

#### **Local**

Coimbra

#### **Editora**

Livraria Almedina

#### **Ano**

2007

#### **Autor(es)**

ANDRADE, José Carlos Vieira de

#### **Título**

Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976

#### **Edição**

3.<sup>a</sup>





W  
h

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

**Local**

Coimbra

**Editora**

Livraria Almedina

**Ano**

2004

**Bibliografia Complementar**

**Autor(es)**

CANOTILHO, José Joaquim Gomes

**Título**

Direito Constitucional e Teoria da Constituição

**Edição**

7.<sup>a</sup>

**Local**

Coimbra

**Editora**

Livraria Almedina

**Ano**

2006

**Autor(es)**

MIRANDA, Jorge

**Título**

Manual de Direito Constitucional, tomo IV

**Edição**

3.<sup>a</sup>

**Local**

Coimbra

**Editora**

Coimbra Editora



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ano

2000

### Metodologia de Avaliação Contínua / Elementos relevantes

A avaliação dos alunos na licenciatura em Direito compreende, em regra, duas provas obrigatórias no termo de cada disciplina. Neste contexto, a avaliação contínua poderá compreender uma prova escrita com vista a ambientar os alunos para a prova final. Contudo, privilegiar-se-ão os modos pelos quais os alunos possam manifestar os seus conhecimentos por forma diversa, como apresentação oral de temas de pequena dimensão, a realização de debates e a resolução casos práticos pelos próprios alunos.

### Recursos Didáticos

- 1) Constituição da República Portuguesa;
- 2) GOUVEIA, Jorge Bacelar; Legislação de Direitos Fundamentais, 2ª ed., Coimbra, 2005;
- 3) CARDOSO, José Lucas; Colectânea de Legislação de Direito Constitucional, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 1.ª edição, 2.ª série, vol. I, Outubro de 2006, 300 p. e vol. II, Fevereiro de 2007, 180 pp., incorporada na colecção Textos de Apoio, Série Licenciatura em Direito, sob os n.ºs 49 e 50, respectivamente.

### Palavras-chave

Constituição / Estado de Direito / Estado Social / Dignidade da pessoa humana

O Coordenador,

José Luís Cardoso, Setembro de 2007.